

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
DEPARTAMENTO DE LETRAS
INSTITUTO MENINO MIGUEL
I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

JOSÉ ROBERTO ALVES DE SOUZA

REFLEXÕES SOBRE SISTEMA DE INFORMAÇÕES NO ÂMBITO DO SUAS:
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA CAPACITASUAS/PE

RECIFE-PE

2023

JOSÉ ROBERTO ALVES DE SOUZA

**REFLEXÕES SOBRE SISTEMA DE INFORMAÇÕES NO ÂMBITO DO SUAS:
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA CAPACITASUAS/PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao I Curso de Especialização em Gestão de Políticas Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de especialista.

Orientadora: Dr.^a Gabriella Maria Lima Bezerra.

RECIFE-PE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S729Robe
rto Alves
der Souza, José Roberto Alves de
REFLEXÕES SOBRE SISTEMA DE INFORMAÇÕES NO ÂMBITO DO SUAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O
PROGRAMA CAPACITASUAS/PE / José Roberto Alves de Souza. - 2023.
35 f. : il.

Orientadora: Gabriella Maria Lima Bezerra.
Inclui referências e apêndice(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em
Gestão de Políticas Sociais, Recife, 2023.

1. CapacitaSUAS. 2. Gestão do Trabalho. 3. Sistemas. 4. Matriz Pedagógica. 5. Assistência Social. I. Bezerra,
Gabriella Maria Lima, orient. II. Título

CDD 320.6

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao **I Curso de Especialização em Gestão de Políticas Sociais** da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de especialista.

JOSÉ ROBERTO ALVES DE SOUZA

Monografia apresentada em 05/05/2023

Orientadora/1ª Examinador/a: Profª. Drª. Gabriella Maria Lima Bezerra (DECISO-UFRPE).

2ª Examinador/a: Prof. Drº. Mauricio Sardá de Faria (DECISO-UFRPE).

3ª Examinador: Me. Felipe Gabriel Gomes de Medeiros (PPGCI/UFPE).

Coordenadora: Profª Dª. Valéria Severina Gomes (DL-UFRPE).

Aos meus pais Diênio e Elizabeth que com muitos esforços, dedicação, amor e simplicidade me ensinaram a lutar e conquistar meus ideais.

Ao meu filho Vinícius que é meu maior orgulho, sempre presente em minha vida e me incentivando a cada dia, e a minha esposa Cláudia Orione, grande companheira de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, primeiramente, a Deus por chegar até aqui, visto que o caminho é árduo, mas o aprendizado é prazeroso.

Agradecer à minha família, pois ela foi fundamental em todo processo de apoio e paciência.

A gigantesca equipe da Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente da Secretaria Executiva de Assistência Social do Governo do Estado, da qual faço parte, pelo incentivo, paciência, aprendizado, troca de saberes e compreensão nos momentos de exaustão.

Agradecer em especial, aos amigos que me incentivaram a continuar, mostrando-me que sou capaz de seguir na jornada de especialização, sem desistir diante dos obstáculos.

Aos colegas do curso pelas experiências trocadas com observações pertinentes e enriquecedoras.

Aos professores que sempre auxiliaram nessa caminhada acadêmica, agregando conhecimentos a nossa bagagem.

A Orientador/a **Gabriella Bezerra**, pela paciência, orientações, dedicação e conhecimentos compartilhados de uma forma acessível e prática para confecção deste trabalho.

Garantir um sistema de informação para a assistência social é conferir sentido para os dados produzidos e processar de forma utilitária a informação (TAPAJÓS, 2015, p.81).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso se propõe a refletir acerca da necessidade da sistematização de dados e a consolidação das informações no âmbito do SUAS. De modo a elaborar uma matriz pedagógica para o Programa CapacitaSUAS/PE, direcionada para um curso sobre Gestão de Informação do SUAS em âmbito municipal, neste sentido, vem fortalecer o compromisso da formação continuada e permanente dos(as) trabalhadores(as) da Política de assistência social. O projeto de intervenção se inscreve na consolidação da sistematização de dados a partir da proposição da matriz pedagógica que está ancorado nas normativas, quando a Norma Operacional Básica do SUAS (2012) aponta como responsabilidade dos Estados o apoio técnico aos municípios na estruturação dos sistemas de informações locais e quando discorre que a Gestão da Informação é componente estratégico para política e seu processo de planejamento, monitoramento e a avaliação dos serviços socioassistenciais. O aporte metodológico deste trabalho compreende uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Metodologicamente a elaboração de uma matriz pedagógica de gestão se apresenta na perspectiva de transformar a prática cotidiana de trabalho, no tocante a sistematização e análise dos dados. De modo que seja possível o envolvimento de gestores municipais para a retroalimentação da oferta das políticas sociais. Fortalecendo assim, o princípio da publicização, por meio de sistema de informação municipal e orientação de gestores, garantindo o acesso às informações aos trabalhadores, conselheiros e usuários(as) do Sistema Único de Assistência Social.

PALAVRAS-CHAVE: CapacitaSUAS; Gestão do Trabalho; Sistemas; Matriz Pedagógica; Assistência Social.

SIGLAS

CAS - Cruzada de Ação Social

CF - Constituição Federal

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ESFOSUAS/PE - Escola de Formação dos Trabalhadores do SUAS de Pernambuco

FACIPE - Faculdade Integrada de Pernambuco

FADURPE - Fundação Apolônio Salles

GGTEP - Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MC - Ministério da Cidadania

NOB-SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNEP-SUAS - Política Nacional de Educação Permanente do SUAS

SDSCJ - Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude

SDSCJPVD - Secretaria de Desenvolvimento Social Criança, Juventude e Prevenção às Drogas

SIGAS/PE - Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

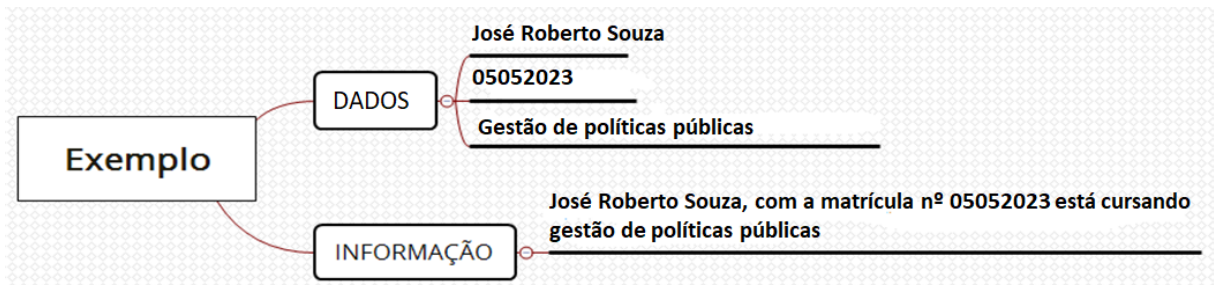
INTRODUÇÃO	11
1. CAPÍTULO I – MEMORIAL	13
2. CAPÍTULO II – CONCEITUAL	18
2.1 Política Pública	18
2.2 Política Pública de Assistência Social	22
2.2.1 Sistema de Informação no SUAS	23
3. CAPÍTULO III – PROJETO DE INTERVENÇÃO	24
3.1 Contextualização	24
3.2 Justificativa	26
3.3 Objetivos	27
3.3.1 Objetivo Geral	27
3.3.2 Objetivos Específicos	27
3.4 Metodologia e Atividades	27
3.5 Resultados esperados	28
3.6 Avaliação	28
3.7 Cronograma	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
5. REFERÊNCIAS	31
6. APÊNDICE A	33

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a necessidade da informação e sistematização de dados com instrumento necessário e eficaz ao planejamento, possibilitando gerir, pesquisar e estabelecer o estudo dos dados.

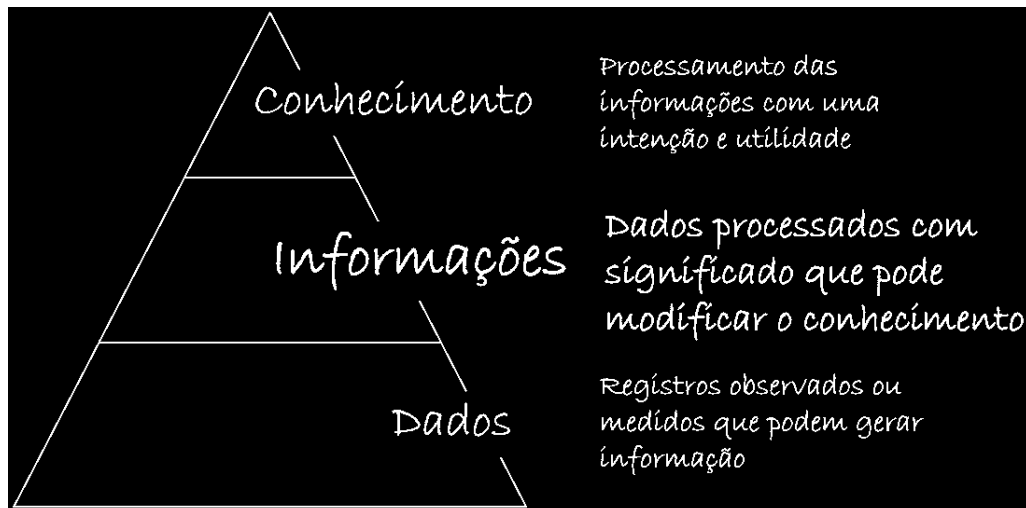
Deste modo, seguem abaixo imagens exemplificando a diferença entre dados, informação e conhecimento, a partir da leitura das imagens 1 e 2 observamos que dados sistematizados, geram informação e conseqüentemente conhecimento sendo este de suma importância e necessário para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas da gestão.

Imagem 1: Exemplo de Dados > Informação



Fonte: <https://rasmmel.tieduca.com/si/wp2sem2018g4/2018/09/26/dados-x-informacao/>

Imagem 2: Pirâmide – Dados > Informação > Conhecimento



Fonte: <https://colaborae.com.br/blog/2022/06/26/dados-o-oleo-da-nova-economia-digital/>

Neste sentido, em observância da importância dos dados para o desenvolvimento, fortalecimento e a retroalimentação das políticas sociais identifica-se que a revolução dos dados para a implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas tem assumido corpo no cenário da gestão pública. De modo, que é possível destacar como exemplo a

construção de instrumentos fundamentais para a organização e a oferta das políticas sociais, como a elaboração dos planos de assistência social, onde a partir da NOB/SUAS (2012) Art. 21 (Inciso IV) que vem apontar “IV - utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações” para a realização dos diagnósticos territoriais.

Outro ponto fundamental que é possível trazer para a discussão e que dialoga diretamente com a justificativa do presente trabalho são os Critérios de partilha e de cofinanciamento apresentados pela NOB/SUAS (2012) que em seu Art. 78 (Inciso II - §2º)

O cofinanciamento dos serviços socioassistenciais, observada a disponibilidade orçamentária e financeira de cada ente federativo, efetivar-se-á a partir da adoção dos seguintes objetivos e pressupostos:

II- implantação e oferta qualificada de serviços em territórios de vulnerabilidade e risco social, de acordo com o diagnóstico das necessidades e especificidades locais e regionais, considerando os parâmetros do teto máximo estabelecido para cofinanciamento da rede de serviços e do patamar existente;

§2º Para implantação de que trata o inciso II serão considerados os dados do diagnóstico socioterritorial e da Vigilância Socioassistencial, por meio do cruzamento de indicadores, com o objetivo de estabelecer prioridades progressivas até o alcance do teto a ser destinado a cada ente federativo, por nível de proteção (NOB/SUAS, 2012).

Revelando assim, que os dados em si nada significam sem a organização e leitura sobre a realidade. Esta organização em si é chamada de sistematização dos dados e da informação, que juntos compõem um sistema fundamental para essa comunicação na política social. E como se observa para a análise dos territórios, para o cofinanciamento, para operacionalização da vigilância socioassistencial, dentre outras funções fundamentais.

Sendo assim, este trabalho se inscreve em uma fase da política social de maior precisão e que incide diretamente no aprimoramento da Política Nacional de Assistência Social no campo dos direitos e enquanto um sistema, o SUAS (Sistema Único da Assistência Social). Sistema este robusto, em suas ações, serviços e programas. E como tal é primordial gerir os dados e as informações.

Esta nova qualidade precisa favorecer um nível maior de precisão, tanto no que tange ao conhecimento dos componentes que a geram, e que precisam ser conhecidos abundantemente, como aos dados e as conseqüências que a política produz. Isto vai incidir em outras condições para a sua ação, no estabelecimento de escopos ampliados, e contribuir para outra mensagem de seus resultados, visando o aprimoramento e a sintonia da política com o direito social. Trata-se de pensar políticas de monitoramento e avaliação como táticas de ampliação e de fortificação do campo assistencial. Pois,

a gestão da informação tem como objetivo produzir condições estruturais para as operações de gestão, monitoramento e avaliação do SUAS, conforme as determinações desta Norma. Opera a gestão dos dados e dos fluxos de informação do SUAS com a definição de estratégias referentes à produção, armazenamento, organização, classificação e disseminação de dados, por meio de componentes de tecnologia de informação, obedecendo padrão nacional e eletrônico (PNAS, 2005, p.120).

Portanto, o trabalho onde está dividido em três capítulos, assim como segue: Capítulo I - composto pelo memorial, no qual pondero acerca das minhas experiências, trajetória profissional e formação acadêmica; Capítulo II - totalmente teórico e conceitual, dispondo acerca das Políticas Públicas e Sociais, e a importância das temáticas transversais com a Política de Assistência Social; Capítulo III – refere-se ao Projeto de Intervenção que propõe a elaboração uma matriz pedagógica para o Programa CapacitaSUAS/PE, direcionada para um curso sobre Gestão de Informação, por meio da integração entre ferramentas tecnológicas. De modo a assumir o compromisso da formação continuada e permanente dos(as) trabalhadores(as) da Política de assistência social do estado de Pernambuco.

1. CAPÍTULO I – MEMORIAL

Sou José Roberto natural de Recife, filho de Diênio de Souza e Maria Elizabeth, irmão de Dayse e Michelle Cristina, constitui família muito jovem aos 18 anos e tenho um filho que se chama José Vinícius que é meu maior presente de Deus, a minha trajetória profissional teve início como estagiário na Cruzada de Ação Social - CAS, onde tive a oportunidade e o prazer de conhecer pessoas maravilhosas que contribuíram muito na minha formação profissional. Por aproximadamente 11 anos atuei na área de informática, operando um sistema de cadastro dos usuários da assistência social, que eram beneficiados com alguma doação voltada à eles.

No início, achava a prática do assistencialismo normal, pois não entendia nada sobre essa Política, o atendimento a população ocorriam diariamente na unidade da CAS II que se situava no bairro do Derby, os atendimentos eram diários e aconteciam sempre no horário das 8h às 12h, de modo geral os beneficiários sempre iam em busca de doações de colchão, óculos de grau, filtro de água, enxoval, próteses dentária e ortopedia, medicação, passagens de ônibus intermunicipal e interestadual, etc.

Neste momento, identifiquei de modo muito inicial que não estava apenas organizando e sistematizando os dados para facilitar o desenvolvimento das atividades cotidianas do serviço de acordo com as demandas postas. Mas que em algumas medida a forma com que organizamos tinha incidência sobre a oferta do serviço. Ainda de modo primário, a necessidade da organização e disposição dos dados enquanto sistema se apresenta enquanto

demanda latente nas minhas atividades diárias.

A partir de então tive outras experiências, dentre elas, a atuação como professor de informática em uma unidade de atendimento à população em situação de rua denominada Centro da Juventude - CJ, na unidade de Santo Amaro trabalhei em sala de aula utilizando a informática como ferramenta de ensino juntamente com a equipe pedagógica de Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Em outra unidade situada na zona norte do Recife, no Alto do Pascoal atuei como técnico de informática dando suporte a coordenação da unidade e aos educadores sociais, a partir de então tive uma experiência única em minha vida, participando de várias rodas de diálogos e oficinas com a equipe técnica e os jovens, junto a coordenação geral do programa participei de reuniões pedagógicas e de planejamento, sempre buscando entender um pouco mais acerca da assistência social, toda essa vivência me fez ver a política pública da assistência social, não o assistencialismo, vivenciado anteriormente, já entendia o que era política pública e qual papel dos entes federados.

A Partir dessas experiências comecei a desenvolver outro campo de visão acerca do assistencialismo e Políticas Públicas de Assistência Social, essa de direito do cidadão e que na maioria das vezes ficavam nas agendas políticas e não saíam do papel.

Sendo assim, foi fundamental esse contato com a ponta de atuação do serviço. Ou seja, meu contato com os(as) usuários(as) da política com a qual trabalho eram diretamente implicados. Pois, além da dimensão pedagógica da informática em possibilitar acesso ao conhecimento, a dimensão estrutural saltava os olhos. O estabelecimento de rede e o fortalecimento de fluxos continuavam a surgir para mim a partir de muitas inquietações, como a necessidade de organizar e pensar em sistemas.

Considerando minha trajetória na área de informática, desde então venho acumulando experiência em produção e consolidação de dados, sistematização e análise dos mesmos, elaboração de diagnósticos e manipulação do Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco – SIGAS/PE por meio de formulários dinâmicos.

Todo esse trabalho foi inicialmente desenvolvido na Gerência de Planejamento e Projetos (GPC), que devido a mudança da estrutura do organograma da Secretaria Executiva de Assistência Social passou a se chamar Gerência de Planejamento, Projetos e Capacitação (GPPC), atualmente denominada Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (GGTEP), no meu cotidiano na GPPC me permitiu analisar os dados quantitativos dos trabalhadores do SUAS que participam dos cursos ofertados através do Programa CapacitaSUAS/PE.

Atuei como coordenador de informática do Programa CapacitaSUAS/PE executado pela Fundação Apolônio Salles - FADURPE / Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE por meio do contrato estabelecido entre a mesma e o Governo do Estado na Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (GGTEP) da Secretaria Executiva de Assistência Social / Secretaria de Desenvolvimento Social Criança, Juventude e Prevenção às Drogas (SDSCJPVD).

Neste sentido, após preparação da base dados dos cursistas, perfil dos inscritos e participação dos municípios, se fazia necessário transformá-los em informações para subsidiar a execução, o monitoramento e o planejamento das ações do programa. Dessa forma fortalecendo os processos da Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS.

No momento estou coordenador de Gestão do Trabalho e Educação Permanente na mesma Gerência, ainda sobre minha atuação na GGTEP, destaco a transversalidade dos dados obtidos entre esta com as demais gerências que fazem parte da espinha dorsal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, detalhe importante que me faz crescer enquanto profissional dessa política.

Ao longo da minha trajetória na GGTEP observei a necessidade de incluir na grade do Programa CapacitaSUAS/PE um curso sobre Sistema de Informações no âmbito do SUAS, para que em âmbito municipal, gestores e técnicos disponham de ferramenta onde os dados e informações sejam organizados, sistematizados e publicizados. De forma que a gestão tenha subsídios para provimento dos seus indicadores e assim implementar e/ou avaliar através deles o andamento de suas atividades e ações.

Nesse sentido, considerando a relevância da Gestão do Trabalho e Educação Permanente como ferramenta capaz de nortear meu trabalho, decidi cursar **Especialização em Gestão de Políticas Sociais** para aprimorar a minha qualificação profissional.

No que se refere à experiência da Especialização às disciplinas do referido curso, a disciplina de **Metodologia da Pesquisa** tem como objetivo orientar a construção do trabalho acadêmico como um todo, considerando as normas técnicas para cada parte do trabalho. Dessa forma, nos leva a reflexão acerca das funções e das principais características em âmbito acadêmico; remetendo-nos a leituras e análises de textos de grandes escritores.

Já com relação à disciplina **Estado e Políticas Públicas** foram abordados conteúdos sobre as principais definições de políticas públicas, agenda pública, processos de decisão política, finalidade das ações governamentais, dinâmicas estatais e governamentais e a relação entre os atores envolvidos.

No que se refere à disciplina **Unidade Gestão Estratégica** foram abordados conteúdos

acerca do sistema de planejamento implantado no Brasil, desconstrução do planejamento, reconstrução do planejamento, sugestões e caminhos para a reconstrução do mesmo, bem como, a utilização do planejamento estratégico como ferramenta na Política de Assistência Social, o desafio de sua implementação no planejamento nas Organizações Públicas, a importância de redes e intersectorialidade nas políticas sociais e ainda a Assistência Social: De ação individual a direito social.

No que se refere à disciplina **Desigualdades, Políticas Sociais e Cidadania** foram abordados conteúdos divididos em 5 eixos principais, sendo o **primeiro eixo: Políticas sociais e Welfare States**, onde discutimos cerca das Políticas Públicas no Brasil, o princípio da desmercantização nas Políticas Sociais e Políticas sociais e Welfare States, **segundo eixo: Estado, Políticas Sociais e Desigualdade no Brasil**, dissiminando sobre Estado e Políticas Sociais, a questão social e o Sistema de Seguridade Social Brasileiro, Estado e Políticas Sociais e desigualdade no Brasil, desigualdades políticas sociais e cidadania e cidadania e modernidade, **terceiro eixo: O conceito de cidadania e a desigualdade como traço constitutivo da cidadania no Brasil**, e os subtemas, cidadania e classe social, pobreza e cidadania e subsidiária brasileira, **quarto eixo: Implementação de Políticas Sociais e Reprodução de Desigualdades**, e os subtemas, por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas, burocracia de nível de rua e (re) produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise, implementando desigualdades reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas e o quinto e **último eixo: Neoliberalismo, erosão da cidadania e desmonte do Estado no Brasil**, e os subtemas, neoliberalismo, democracia e políticas sociais: paradoxos de uma barbárie, Brasil: incertezas e submissão? (Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento), nas ruínas do neoliberalismo ascensão da política antidemocrática no ocidente e neoliberalismo, erosão da cidadania e desmonte do Estado no Brasil.

No que se refere à **Política Estadual da Assistência Social** foram abordados conteúdos acerca da Política Nacional de Assistência Social, Assistência Social em Pernambuco: história e desafios do tempo presente e a proteção social no estado de Pernambuco: análise das políticas, programas e projetos.

No que se refere a **Políticas de Seguridade e Desenvolvimento Social** foram abordados conteúdos sobre *Welfare State*, o Estado bem-estar Social na idade da razão, burocratas do nível de rua: política pública, democracia e o dilema da linha de frente, contribuições dos estudos sobre burocracia de nível de rua, implementação de políticas públicas no nível intramunicipal: o caso das supervisões de assistência social da cidade de São Paulo, a

magnífica experiência com Joaquim Melo do Banco Palmas e da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, acerca da implantação dos bancos comunitários e das moedas sociais como estratégias para o desenvolvimento social.

No que se refere à **Monitoramento e Avaliação** foram abordados fundamentos conceituais e principais modelos de monitoramento e avaliação de projetos, aspectos metodológicos, tipologias e dimensões da avaliação de políticas públicas, tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais, metodologias convencionais e participativas de diagnósticos sociais.

No que se refere à **Participação, controle e gestão social** foram abordados conteúdos sobre cidadania ou “estadania” na gestão pública brasileira, o controle social e a democratização da informação: um processo em construção, Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e participação social: descentralização e controle social são a resposta e Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política.

No que se refere à **Especialização em Gestão de Políticas Sociais** houve um diálogo sobre o termo direitos humanos, seguindo sobre dignidade da vida humana, questões da psicologia, especificamente na psicanálise segundo Freud, discutimos também sobre o texto “Um caso entre a saúde mental e os direitos humanos: as versões e a vítima”, de autoria Martinho Braga e Silva (2013, pág.1261), tendo como desdobramento algumas reflexões sobre ansiedade geral.

Diante disso, compreendo que os avanços teóricos e as discussões que marcaram todo o processo da especialização propiciaram o meu desenvolvimento e o ajuste de lente sobre a realidade com que trabalho. Possibilitando assim, fortalecer as habilidades e competências fundamentadas ao longo da minha trajetória profissional e acadêmica. Assim como, mobilizar a temática em tela para dentro e para fora da academia, com destaque para esta realização ser concretizada em uma universidade pública e em parceria com a gestão estadual.

Haja vista que, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), através do Departamento de Letras e do Instituto Menino Miguel, por meio do Contrato 012/2020, celebrado entre a Fundação Apolônio Salles – Faturpe e a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado de Pernambuco – SDSCJ (atual Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas - SDSCJPVD), com financiamento do Programa Nacional de Capacitação (CapacitaSUAS)/Ministério da Cidadania (atual Ministério do Desenvolvimento e Assistência

Social, Família e Combate à Fome - MDS)/Governo Federal¹ ofertam este referido curso de especialização. De modo que vem consolidar o processo de continuidade da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente no estado de Pernambuco.

2. CAPÍTULO II – CONCEITUAL

2.1 Política Pública

As políticas públicas no Brasil são de responsabilidades dos três poderes que formam o Estado brasileiro que tem competência de planejar e executar essas políticas públicas são eles:

- Poder Legislativo: cria e aprova leis;
- Poder Executivo: planeja e aplica as medidas;
- Poder Judiciário: controla as leis e confirma se são adequadas.

Dessa forma lógica os governos das esferas federal, estadual e municipal, fazem a gestão dessas políticas públicas buscando melhor atender e servir a população, cabendo ao cidadão cobrar ações específicas e eficientes a eles como também definir quem deverá assumir os cargos por meio das eleições.

Como previsto na Constituição Federal - CF (1988) e em outras leis que visam o bem estar e outras necessidades que se apresentam à população, as políticas públicas partem das decisões e ações políticas e governamentais relacionadas aos direitos estabelecidos na CF (1988).

Todo cidadão, independentemente de raça ou nível social, idade, gênero, têm o direito garantido por lei à saúde, à educação, à habitação, à assistência social, ao transporte, ao meio ambiente, à segurança e ao lazer.

De posse desse direito, cabe a ele ser consciente e cobrar que essas políticas públicas saiam do papel e sejam colocadas em prática garantindo melhores condições de vida.

De modo geral as políticas públicas fazem parte do nosso cotidiano, e estão dentro da “comunidade” que é formada por espaços públicos, a exemplo das praças, hospitais, escolas, creches, postos de atendimento dentre outros.

Há quem imagine que as políticas públicas sejam limitadas apenas a quem se interessa, no entanto se faz necessário compreender, debater e se apropriar delas.

¹ <https://www.sigas.pe.gov.br/files/04062022084456-edital02.especialiacaogestaopoliticaspUBLICAS.pdf>

No Brasil as políticas podem ser distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas, as políticas distributivas têm por objetivo distribuir alguns serviços, bens ou verbas voltadas a uma pequena parcela da população, sendo financiadas pelo orçamento público através dos recolhimentos dos impostos, promovendo pavimentação das vias públicas, fornecimento de equipamentos em hospitais, ou ajudar pessoas que tiveram suas casas alagadas em decorrência de chuvas fortes.

As regulatórias criam e fiscalizam leis e normas que garantam o bem-estar comum, não sendo excludente a nenhuma parcela da população, dessa forma atende todos os cidadãos.

Podem envolver processos burocráticos ou normas de comportamento, sendo dois bons exemplos a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança entre ocupantes de um veículo e a proibição do consumo de cigarros em ambientes fechados.

A política pública redistributiva tem como princípio e viés o caráter social, tendo como objetivo beneficiar parcelas menos favorecidas da população.

Podemos citar como exemplos a isenção de impostos para famílias de baixa renda, programas voltados à distribuição de renda e a cobrança de certos impostos progressivos, proporcionais ao salário do cidadão.

Já as constitutivas regulamentam e determinam a responsabilidade de cada um dos três poderes nas políticas públicas. Em outros termos, são elas que desmarcam a função dos municípios, dos estados e do governo federal. Formam o núcleo para a realização de todas as outras três citadas.

Políticas públicas é a soma de atividades do governo voltado para o povo; em linhas gerais refere-se ao conjunto de ações sob a responsabilidade do Estado voltadas para a garantia de direitos sociais.

Trata-se de um termo cotidiano, mas com definições complexas com pontos de vista distintos entre pesquisadores; por esse motivo, conforme afirma Souza (2006), não existe melhor ou única definição para o termo política pública e discorre que a política pública refere-se ao governo em ação.

Paulo Jannuzzi (29 de março de 2021) discorre que Políticas Públicas são empreendimentos governamentais complexos, focados em demanda social específica e destaca que são ações que podem resultar em diferentes resultados, a depender da capacidade de gestão. Assim como Souza, Jannuzzi também reconhece os diferentes significados de Política Pública e destaca os seguintes pontos de vista: **senso comum** – políticas públicas são ações voltadas para os pobres; **campo da economia** - política pública é um mal necessário para corrigir as falhas do mercado; nas **ciências políticas e da administração** pública –

problematiza questões sobre o que o governo faz ou deixa de fazer; quais as diretrizes e ações voltadas para resolução de problemas coletivos; entre outras questões.

Seja qual for a definição sobre políticas públicas, é salutar destacar que, segundo Xun Wu et al. (2014, p. 21), estas se desenvolvem sob a ótica de cinco funções, tais como **definição de agenda, formulação de políticas, tomada de decisão, implementação e avaliação de políticas.**

No que se refere à agenda, Wu et al. (2014) discorre que trata-se de um instrumento utilizado pelo governo para analisar quais processos ou questões necessitam de sua atenção especial. Ela também trás quais e como serão tratados os principais problemas e quais estratégias das ações públicas serão utilizadas para resolvê-los.

Em sua obra, Wu et al. (2014), descrevem que em uma agenda são classificadas as questões ou problemas pelo quais o governo e outros membros que compõe a comunidade política precisam reconhecer um problema a ser resolvido, desse modo, os governos priorizam esses problemas podem ser classificados a depender da natureza, das circunstâncias econômicas e sociais em que a população vive.

As agendas são compostas por atores estatais, sociais que atuam em níveis subnacionais, nacionais e internacionais que cumprem um papel relevante nas definições de agendas políticas públicas, sendo indivíduos que atuam como conselheiros ou consultores para os governos nacionais. A massa de atores sociais que fazem parte desse processo é muito maior e de modo ilimitada, a população tem papel de suma relevância, no entanto o desempenha de forma muito tímida.

Quanto à formulação de políticas, pode-se dizer que esta é elaborada a partir dos processos gerados por meios das definições das políticas possíveis a fim de solucionar um problema, observando sua viabilidade ou não. Elas são formuladas para imprimir uma imagem de ações a serem desenvolvidas de alto nível realizadas por um pequeno grupo de dirigentes políticos que atuam em várias áreas, estes geralmente são envolvidos na formulação de políticas e são figuras públicas.

As políticas públicas quando são elaboradas possibilitam aos gestores públicos a representação dos interesses dos indivíduos de modo geral. Tendo o gestor público uma oportunidade para aperfeiçoar suas habilidades e conseqüentemente ser percebido por seus superiores para uma possível carreira política em longo prazo.

Para Wu et al. (2014, p. 59), embora o ambiente político não seja totalmente propício à formulação sistemática de política pública, os agentes com mais experiências de governo elaboram apenas políticas públicas baseadas em ideias de modo geral.

Em relação às tomadas de decisão, Wu et al. (2014), corroboram de que esta é diferente da aceção de agenda e da formulação de políticas, nas principais especificidades das tarefas, variando entre os decisores e os assuntos que eles atuam, sendo de campo mais abrangente do que a adoção de políticas. Para os autores, as políticas públicas nascem a partir das tomadas de decisões, após a definição de um curso de ações a partir de uma gama de opções, mantendo a atual situação.

Os gestores públicos têm ideia de que a tomada de decisão é de competência da alta administração e/ou de agentes eleitos, no entanto, ela é altamente política. Ou seja, ainda que alguns gestores tenham concepções equivocadas ao entender que as decisões de agenda pública são exclusivamente questões políticas, ela é frequentemente mais técnica.

Sobre a implementação de políticas públicas, Wu et al. (2014), legitimam se tratar de um processo dinâmico e não direto, não sendo simples. Neste sentido, sua mudança requer uma mobilização eficaz e bem definida dos insumos necessários para alcançar os objetivos propostos. Sua implementação é atingida e atinge uma gama de atores, que estabelecem problemas e soluções em um determinado conhecimento acerca da temática, contendo parte deles cumprido apenas papéis pequenos nas atividades de elaboração de políticas.

Em situações mais convenientes e propícias, os líderes de implementação de políticas públicas podem ter mais possibilidades para desenvolver e estabelecer uma rede com outros membros desta política, com objetivo de promover as abordagens integradas, quando negligenciada a implementação são comumente mencionadas como o motivo do fracasso das políticas públicas.

As complexidades analíticas e a práticas são os principais motivos para essa negligência, outra razão é a sensibilidade política de implementação. Os frutos e resultados almejados de uma política pública não se consolidaram, enquanto os efeitos transversais contrários das políticas públicas se tornarão mais evidentes.

E por fim, a avaliação de políticas é tratada pelos autores como “etapa fundamental do processo de políticas públicas, e os gestores públicos devem dedicar mais cuidado e atenção a ela do que normalmente fazem” (WU et al., 2014, p. 137). Nesta fase, os gestores são capazes de controlar ou influenciar muitos aspectos das avaliações, desde a coleta de tipos específicos de dados ou informações usadas nas avaliações, até o desenvolvimento de dados comparativos e mensurações de desempenho, bem como e utilização dos resultados das avaliações.

2.2 Política Pública de Assistência Social

A Assistência Social compõe o tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Trata-se de uma política de seguridade não contributiva, prevista na Constituição Federal de 1988, que provê os mínimos sociais; sendo, portanto, direito do cidadão e dever do Estado.

A partir da constituição de 1988, a Assistência Social transita por várias transformações, entre as quais vale citar que o SUAS, instituído pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, foi criado em Lei em 2011, com a aprovação da Lei nº 12.435, que altera dispositivos da Lei nº 8.742/93 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), garantindo inúmeras conquistas no ordenamento jurídico brasileiro ao longo desses anos.

Destaca-se também que a LOAS consolidou as diretrizes da Constituição Federal e reorganizou a Política de Assistência Social brasileira, assegurando a primazia da atuação do Estado na provisão de serviços e benefícios, programas e projetos.

A PNAS/2004 e a NOB SUAS/2005, impactam o rumo da Política de Assistência Social no Brasil com a criação e operacionalização do SUAS, inaugurando no país um novo modelo de organização da gestão e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A NOB-SUAS/2005 surge como marco fundamental na estruturação da Política Pública de Assistência Social, com a implantação de serviços socioassistenciais, trazendo ainda as responsabilidades com relação ao gestor da política, nos três entes federados. Em âmbito municipal foram definidos três níveis de gestão, assim como segue: Inicial, Básica e Plena, que estabeleceram uma transferência de responsabilidades pelos Municípios de acordo com a organização do sistema local de assistência social. De modo que,

desenhados de forma a fortalecer a democratização da informação, na amplitude de circunstâncias que perfazem a política de assistência social, estas políticas e as ações resultantes deverão pautar-se principalmente na criação de sistemas de informação, que serão base estruturante e produto do Sistema Único de Assistência Social, e na integração das bases de dados de interesse para o campo socioassistencial, com a definição de indicadores específicos de tal política pública (PNAS, 2005, p.56).

Outro avanço importante e que merece destaque refere-se à instituição da informação, tratada na NOB SUAS/2005 como ferramenta imprescindível para uma gestão baseada nas evidências, que orienta a organização do sistema e do processo de planejamento e de tomada

de decisão. Nesse sentido, destaca-se a instituição do Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS.

2.2.1 Sistema de Informação no SUAS

Os sistemas de informação são instrumentos indispensáveis para a gestão do SUAS, conforme disposto na PNAS (2004), sua formulação e implantação na assistência social são ferramentas essenciais a serem desencadeadas para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social e para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; configurando-se como construção prioritária e fundamental que deve ser coletiva e envolver esforços dos três entes da federação.

Particularmente no que se refere à Rede SUAS, sistema que opera em âmbito nacional, trata-se de uma ferramenta que permite aos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal o acesso a dados e informações relevantes ao planejamento técnico e financeiro; permite também aos profissionais, aos usuários/as dessa política e população em geral o acesso sobre as ações realizadas pela política em âmbito municipal, bem como acerca dos indicadores sociais; além de permitir o cadastro da rede socioassistencial, entre outras ações.

E, conforme pondera Amorim (2008, p.30), o “sistema de informação na gestão da política de assistência social é um instrumento fundamental no desenvolvimento das atividades inerentes à função do gestor público”. A autora reforça que,

é preciso ressaltar sobre a importância dos estados e dos municípios introduzirem esse novo instrumento de gestão no cotidiano da política, de modo a aproximá-los cada vez mais da realidade social da população usuária da assistência social, dos resultados alcançados e de seus impactos na população beneficiária, através do monitoramento e avaliação (AMORIM, 2008, p.123).

Os serviços e benefícios, programas e projetos da Política de Assistência Social são geradores de dados, os quais precisam ser organizados, sistematizados, monitorados e transformados em informações por meio de relatório técnico, boletim informativo, indicadores, diagnóstico socioterritorial, entre outros. Pois,

são princípios organizativos do SUAS: fortalece o sistema democrático e participativo de gestão e de controle social através de, dentre outras questões, b) da publicização de dados e informações referentes às demandas e necessidades, da localização e padrão de cobertura dos serviços de Assistência Social (PNAS, 2005, p.88).

Para tanto se faz necessária à utilização de um sistema de informação como ferramenta de gestão de modo a ampliar e concretizar os princípios salientados.

3. CAPÍTULO III – PROJETO DE INTERVENÇÃO

REFLEXÕES SOBRE SISTEMA DE INFORMAÇÕES NO ÂMBITO DO SUAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA CAPACITASUAS/PE

O presente Plano de Trabalho propõe refletir sobre a necessidade da sistematização de dados e a consolidação das informações no âmbito do SUAS a partir da elaboração de uma matriz pedagógica direcionada para um curso sobre Sistema de Informação do SUAS em âmbito municipal, o qual será executado através da Escola de Formação dos Trabalhadores do SUAS de Pernambuco - ESFOSUAS/PE por meio do Programa CapacitaSUAS/PE.

3.1 Contextualização

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012 (NOB SUAS 2012), no Capítulo VII que trata sobre a Vigilância Socioassistencial, aborda a Gestão da Informação como componente estratégico tanto para a definição do conteúdo da política e seu planejamento, quanto para o monitoramento e a avaliação da oferta e da demanda de serviços socioassistenciais.

De modo que, o SUAS organize a formulação e implementação, onde conforme Garcia (2013, p.73) possa possibilitar “uma política de monitoramento e avaliação que permita a utilização de dados e informação na retroalimentação das políticas, melhorando seu desempenho e tornando mais eficiente e eficaz a aplicação dos recursos”.

Para tanto, conforme discorre a referida Norma, a gestão da informação e a organização de sistemas de informação devem ser priorizadas no âmbito da gestão, nas três esferas de governo e com destinação de recursos financeiros e técnicos para a sua consolidação.

A seção II do Capítulo supracitado, em seu Artigo 97, destaca as diretrizes para a concepção dos sistemas de informação no SUAS, assim como segue:

- I - compartilhamento da informação na esfera federal, estadual, do Distrito Federal e municipal e entre todos os atores do SUAS - trabalhadores, conselheiros, usuários e entidades;
- II - compreensão de que a informação no SUAS não se resume à informatização ou instalação

de aplicativos e ferramentas, mas afirma-se também como uma cultura a ser disseminada na gestão e no controle social; III - disponibilização da informação de maneira compreensível à população; IV - transparência e acessibilidade; V - construção de aplicativos e subsistemas flexíveis que respeitem as diversidades e particularidades regionais; VI - interconectividade entre os sistemas.

São consideradas, portanto, ferramentas de gestão, que orientam o processo de organização do SUAS, além dos aplicativos da Rede SUAS: I - o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; II - os sistemas e base de dados relacionados à operacionalização do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, observadas as normas sobre sigilo de dados dos respectivos Cadastros; III - os sistemas de monitoramento; IV - o Censo SUAS; V - outras que vierem a ser instituídas.

Dessa forma, no âmbito nacional, a Rede SUAS operacionaliza a gestão da informação do SUAS, utilizando-se de um conjunto de aplicativos de suporte à gestão, monitoramento, avaliação e controle social de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, bem como, seu funcionamento.

Diante disso, na perspectiva de fortalecimento das ferramentas de gestão já operacionalizadas, “a gestão da Informação, torna-se um necessário componente para a definição do conteúdo das políticas sociais, bem como para a avaliação da oferta e demanda dos serviços públicos de assistência social” (TAPAJÓS, 2007, p. 83). De modo que, em conformidade com Oliveira, Faleiros e Diniz, (2015, p.26) agregam os fatores humanos e organizacionais à tecnologia de informação.

A partir das normativas e da compreensão do princípio da informação no SUAS o estado de Pernambuco apresenta uma inovadora estratégia no ano de 2006 e reestrutura em 2015: O Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social – SIGAS, o qual é constituído por indicadores sociais dos 184 municípios do Estado de Pernambuco e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha e das ações da Política de Assistência Social desenvolvidas no Estado. O SIGAS constitui uma ferramenta capaz de armazenar informações e com isso produzir conhecimento acerca dos principais elementos que integram a referida Política. Caracteriza-se por ser um Sistema de Informação e de Comunicação que busca instituir adequação dos serviços aos padrões estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Estabelecendo, portanto, como compreende Garcia (2013, p. 82) sentido para os dados produzidos.

3.2 Justificativa

O Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS - tem como objetivo garantir a oferta de formação e capacitação permanente para gestores/as, conselheiros/as e equipe técnica da rede socioassistencial do SUAS para a implementação das ações dos Planos de Educação Permanente, nas três esferas de governo.

Nesse sentido, o CapacitaSUAS em Pernambuco executa suas ações de capacitação de acordo com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP-SUAS. Os cursos ofertados são voltados para a Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, Controle Social e Gestão do SUAS (Vigilância Socioassistencial, Gestão Financeira e Orçamentária, elaboração de Plano de Assistência Social). Não existindo entre a grade de cursos, uma formação específica sobre Sistema de Informação do SUAS.

De acordo com o Artigo 98 da NOB-SUAS 2012, todos os entes federados possuem responsabilidades específicas na gestão da informação do SUAS; no âmbito dos Estados, entre outras responsabilidades, destaca-se: prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios na estruturação dos sistemas de informações locais.

Nesse sentido, o Plano de Trabalho se propõe elaborar uma matriz pedagógica para o Programa CapacitaSUAS/PE, direcionada para um curso sobre Gestão de Informação do SUAS em âmbito municipal, de modo a assumir o compromisso da formação continuada e permanente dos(as) trabalhadores(as) da Política de assistência social. Neste sentido, o Plano de Trabalho que se apresenta atende e responde um dos desafios do Programa CapacitaSUAS que em conformidade com Boas, Ferrari e Castro (2015, p.42) destacam o “aperfeiçoamento do desenho e a da prática de monitoramento e avaliação”. Assim como, “prospecção de demandas de formação e o desenho de matrizes pedagógicas para novos cursos”.

A matriz curricular levará em consideração o que preconiza o §3º do Artigo 98, sobre as responsabilidades relativas à gestão da informação do SUAS no âmbito dos Municípios, a saber: I - coletar, armazenar, processar, analisar e divulgar dados e informações municipais ou do Distrito Federal relativas ao SUAS; II - desenvolver, implantar e manter sistemas locais de informação; III - compatibilizar, em parceria com Estados e/ou União, os sistemas locais de informação com a Rede SUAS; IV - alimentar e responsabilizar-se pela fidedignidade das informações inseridas nos sistemas estaduais e nacional de informações; V - propor a padronização e os protocolos locais de registro e trânsito da informação no âmbito do SUAS; VI - disseminar o conhecimento produzido pelo órgão gestor municipal e do Distrito Federal para os usuários, trabalhadores, conselheiros e entidades de assistência social; VII - produzir

informações que subsidiem o monitoramento e a avaliação da rede socioassistencial e da qualidade dos serviços e benefícios prestados aos usuários.

3.3 Objetivos

3.3.1 Objetivo Geral

- Refletir sobre a necessidade da sistematização de dados e a consolidação das informações no âmbito do SUAS.

3.3.2 Objetivos Específicos

- Elaborar matriz pedagógica para o Curso sobre Sistema de informações no âmbito do SUAS;
- Prestar apoio técnico aos municípios sobre gestão e organização de informação no âmbito do SUAS;
- Proporcionar espaços de escuta e orientação para as gestões municipais sobre a implantação e manutenção de sistemas locais de informação;
- Estimular a cultura de publicização das informações de modo sistemático e transparente.

3.4 Metodologia e Atividades

Para a realização do presente plano de trabalho o aporte metodológico compreende a uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Metodologicamente a elaboração de uma matriz pedagógica de gestão se apresenta na perspectiva de transformar a prática cotidiana, pois,

é preciso alterar a ação de quem produz, armazena, organiza e a classifica nas esferas de gestão. sem dúvida, uma premissa fundamental para que se possa conceber um sistema de informação é pensar em informação como um direito de todo cidadão, conforme estabelecido nos parâmetros do SUAS (GARCIA, 2013, p. 82).

Dessa forma, apresenta-se a seguir as fases da metodologia em conformidade com os objetivos propostos:

- Realização de oficinas com gestores;
- Construção de caderno de orientação sobre a gestão de dados e informação;
- Estabelecer cronograma de reuniões periódicas de forma coletiva a ser realizada com as gestões;
- Elaboração de material informativo sobre a importância da divulgação sistemática e transparente das informações.

3.5 Resultados esperados

Como resultado, espera-se fortalecer a Gestão de Informação do SUAS nos municípios por meio da integração entre ferramentas tecnológicas, de tal forma que possam produzir e organizar informações relevante e úteis em tempo hábil, conforme sua necessidade.

Pois, corroborando com Tapajós (2007, p. 70)

a gestão da informação do SUAS vem sendo desenvolvida para compor a associação entre a gestão estratégica da política e as Tecnologias de Informação, procurando selecionar a informação relevante para a definição dos melhores processos, para a agilização de procedimentos e fluxos e facilitando, por sua vez, a tomada de decisões e o controle público e social de toda a operação que envolve a política.

Portanto, espera-se também que as gestões municipais possam tornar público todas as informações sobre o trabalho desenvolvido no SUAS, garantindo o acesso às informações entre todos os atores do SUAS, ou seja, trabalhadores, conselheiros, usuários e entidades.

3.6 Avaliação

A avaliação do resultado será realizada durante o processo de execução do curso, particularmente no que se refere à participação dos municípios, bem como posterior a execução do curso. Neste caso, será necessário incorporar o monitoramento no sentido de identificar o número de municípios que colocou em prática a implantação do seu próprio sistema de informação.

3.7 Cronograma

Atividades	2023										
Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Pesquisa bibliográfica	x	x									
Reunião técnica – definição de equipe estratégica para colaborar com a construção da matriz			x								
Produção da matriz pedagógica				x	x	x					
Validação da matriz pedagógica							x				
Produção de materiais didáticos de informação							x	x			
Análise da Matriz Pedagógica em reuniões periódicas						x		x		x	x
Execução dos Cursos									x	x	x

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da Especialização em Gestão de Políticas Sociais trouxe a oportunidade de fortalecer o debate sobre a educação permanente no Sistema Único de Assistência Social, bem como oportunizou vivenciar a experiência de atuar do lado oposto onde sempre atuei. Ou seja, foi o momento de deixar o lado de quem oferta a formação para atuar do lado de quem aprende.

As trocas de saberes durante os debates em sala de aula, juntamente com as bibliográficas sugeridas nas unidades curriculares agregaram conhecimento, enriquecendo a proposta de intervenção, objeto deste trabalho.

O desejo de refletir sobre a necessidade da sistematização de dados e a consolidação das informações no âmbito do SUAS a partir da elaboração de uma matriz pedagógica para um Curso sobre Sistema de informações no âmbito do SUAS, surge numa perspectiva de orientar gestores municipais sobre a implantação de sistemas locais de informação, estimulando a cultura de publicização e transparência de dados públicos.

O projeto de intervenção para a construção da referida matriz pedagógica está ancorado nas normativas, quando a Norma Operacional Básica do SUAS (2012) aponta como responsabilidade dos Estados o apoio técnico aos municípios na estruturação dos sistemas de informações locais e quando discorre que a Gestão da Informação é componente estratégico para política e seu processo de planejamento, monitoramento e a avaliação dos serviços socioassistenciais.

O referido projeto ancora-se também aos objetivos da Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS, especificamente sobre a garantia de oferta de formação e capacitação permanente para gestores/as, conselheiros/as e equipe técnica da rede socioassistencial do SUAS.

Espera-se que a aplicação do Projeto Interventivo traga como resposta o envolvimento de gestores municipais para a prática da publicização, por meio de sistema de informação próprio e que garanta o acesso às informações aos trabalhadores, conselheiros e usuários do Sistema Único de Assistência Social.

5. REFERÊNCIAS

AMORIM, Cláudia Francisca de. **O Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco (SIGAS/PE): uma possibilidade para a articulação da rede socioassistencial?** 2008. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BOAS, Patrícia Augusta Ferreira Vilas; FERRARI, Marcílio Marquesini; CASTRO, Antônio Santos Barbosa de. **Perspectivas e desafios do Programa CapacitaSUAS no contexto de inovação e compromisso com a qualificação dos trabalhadores.** In: BOAS, Patrícia Augusta Ferreira Vilas. GONÇALVES, Denise Mafra; ALBUQUERQUE, Simone Aparecida; CRUS, José Ferreira. (Orgs.) **CAPACITASUAS: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS.** Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate. Nº 22. Ministério de Combate a Fome: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015.

BRASIL. **CapacitaSUAS Caderno 1 - Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013, 144 p. : il.**

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).** Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).** Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - Nob/Suas.** Brasília, DF, Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

GARCIA, Ana Lúcia da Silva. A implementação do sistema de informação e gestão do SUAS na Política de Assistência Social: reflexos nas práticas profissionais e na democratização das políticas públicas. Ano XVII - nº 30 – p. 71-88. **O Social em Questão:** 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TAPAJÓS, Luziele. **A Gestão da Informação em Assistência Social.** In: TAPAJÓS, Luziele; RODRIGUES, Roberto Wagner da Silva. Rede SUAS: gestão e sistema de

informação para o Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

VICTORIO, Daiane; RUZZA, Samara; THOMÉ, Jean; CESAR, Wanderson. **Sistemas de Informação Descomplicado** – Disponível em: <https://rasmmel.tieduca.com/si/wp2sem2018g4/2018/09/26/dados-x-informacao/> - Acesso em 03/05/2023.

IUNES, João Paulo. **Colaborae - DADOS > INFORMAÇÃO > CONHECIMENTO > INTELIGÊNCIA > SABEDORIA** – Disponível em: - <https://colaborae.com.br/blog/2022/06/26/dados-o-oleo-da-nova-economia-digital/> - Acesso em 03/05/2023.

6. APÊNDICE A

MATRIZ PEDAGÓGICA – 20 HORAS	
TEMÁTICA: SISTEMA DE INFORMAÇÕES NO ÂMBITO DO SUAS (Pré-requisito ter realizado o curso de Vigilância Socioassistencial)	
OBJETIVO GERAL: Refletir sobre a necessidade da informação e sistematização de dados com instrumento necessário e eficaz ao planejamento, possibilitando gerir, pesquisar e estabelecer o estudo dos dados do SUAS.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: <ol style="list-style-type: none"> 1. Oferecer uma abordagem dialógica sobre a gestão das informações; 2. Discorrer sobre as informações do SIGAS/PE; 3. Refletir sobre a potencialidade da utilização e atualização do SIGAS/PE; 4. Oferecer mecanismos, metodologias e instrumentais para compreensão da gestão das informações municipais e estaduais. 	

MÓD	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
1	MARCO NORMATIVO a) Lei Orgânica da Assistência Social b) Política Nacional de Assistência Social c) Norma Operacional Básica / SUAS	4h	<ul style="list-style-type: none"> • Localizar as principais referências normativas da sobre a gestão da informação; • Compreender a gestão da informação enquanto função o setor da política de assistência social e sua relação com as demais funções e importância na implementação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Destacar os conteúdos da LOAS, da PNAS e da NOB relacionados à gestão da informação, bem como, os aspectos que orientam sua organização no SUAS; • Explorar a Tipificação como forma de gestão da informação dos territórios. 	Aulas expositivas e dialogadas com encontros presenciais, disponibilidade de vídeo aula e com utilização de apresentação em Power Point, utilização de vídeos, textos de apoio e exercício prático.

MÓD	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
2	ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES Gerenciamento e Consulta de Sistemas Informacionais.	4h	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as possíveis fontes de dados para a Vigilância: primários e/ou secundários; • Reconhecer sistemas informacionais que geram informação útil para a tomada de decisão; • Identificar os processos e fluxos de produção de informações 	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a pesquisa e a organização de dados para viabilizar a gestão direcionada à prevenção e não só a atenção à vitimização 	Aulas expositivas e dialogadas com encontros presenciais, disponibilidade de vídeo aula e com utilização de apresentação em Power Point, utilização de vídeos, textos de apoio e exercício prático.
3	INTRODUÇÃO DO ESTUDO DO SIGAS/PE	4h	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir o Sistema de informação e gestão da Assistência Social de Pernambuco e suas estratégias de publicização 	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição do Sigas/PE; • Composição e possibilidades de base de dados 	Aulas expositivas e dialogadas com encontros presenciais, disponibilidade de vídeo aula e com utilização de apresentação em Power Point, utilização de vídeos, textos de apoio e exercício prático.

MÓD	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
4	Módulos SIGAS/PE (Rede Socioassistencial; Conselhos – Instâncias de Controle; Perfil municipal; Financiamento; Mapas Georeferenciados; Monitoramento e avaliação das ações da assistência Social; CRAS e CREAS; Outras informações)	8h	<ul style="list-style-type: none"> • Explicitar à Base de dados das entidades públicas e privadas que integram a rede socioassistencial; • Apontar a impo 	<ul style="list-style-type: none"> • Informações municipais para a disponibilização 	Aulas expositivas e dialogadas com encontros presenciais, disponibilidade de vídeo aula e com utilização de apresentação em Power Point, utilização de vídeos, textos de apoio e exercício prático.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Norma Operacional Básica (NOB-SUAS)**. Brasília, DF: MDS/SNAS/SUAS, dez. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, DF: MDS, 2004.

JANNUZZI, P. M.; PASQUALI, F. A. **Estimação de demandas sociais futuras para fins de formulação de políticas públicas municipais:** notas para discussão. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 75-94, mar./abr. 1999.